

PRODUZIR CONHECIMENTO, REPRODUZIR A VIDA: ENTRAVES E PERSPECTIVAS PARA AS MULHERES-MÃES NO ENSINO SUPERIOR*

Marya Clara Damascena Melo¹

Introdução

A inserção das mulheres no ensino superior constitui um processo histórico marcado por exclusões estruturais, resistências políticas e profundas desigualdades de gênero, classe e “raça”/etnia. Durante séculos, a educação formal e, sobretudo, a universidade foram espaços reservados aos homens, concebidos como sujeitos aptos à vida pública, à produção do conhecimento e ao exercício do poder. Às mulheres, historicamente vinculadas à esfera privada, foram atribuídos o casamento, a maternidade e o trabalho doméstico, sendo sua formação educacional limitada a aprendizados considerados compatíveis com essas funções sociais (Cunha, 2014). Essa divisão não se constituiu de forma espontânea, mas foi produzida e legitimada por uma ordem patriarcal que associou racionalidade, ciência e autoridade ao masculino, relegando às mulheres o lugar da reprodução da vida.

No Brasil do século XIX, a educação estruturou-se de forma excludente, sustentando um projeto elitista, patriarcal e racializado de sociedade (Lustosa; Pires, 2012). A inserção das mulheres no espaço escolar ocorreu de modo limitado e orientado à formação para os afazeres domésticos. Mesmo com a ampliação do acesso no início do século XX, a escolarização das mulheres não rompeu com sua condição de subordinação, mantendo-as vinculadas a profissões associadas ao

* DOI - 10.29388/978-65-6070-184-7-0-f.40-66

¹Assistente Social; Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Bolsista da CAPES; ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5173-7662>; E-mail: marya.melo.709@ufrn.edu.br

cuidado, socialmente justificadas como extensões da “natureza feminina” (Lustosa; Pires, 2012).

Embora o ingresso legal das mulheres no ensino superior tenha sido autorizado pelo Decreto nº 7.247 (Brasil, 1879), essa conquista ocorreu de maneira limitada e profundamente desigual. Conforme destaca Cunha (2014), o acesso à universidade permanecia condicionado à conclusão do ensino secundário, que seguia restrito às elites masculinas. Além disso, barreiras morais, religiosas e simbólicas continuavam a operar no sentido de deslegitimar a presença das mulheres nos espaços acadêmicos, reforçando a ideia de que a educação superior seria incompatível com a “natureza feminina” e com o destino social da maternidade (Cunha, 2014).

Portanto, a inserção das mulheres não significou, automaticamente, a garantia de trajetórias acadêmicas equitativas, ao persistirem desigualdades profundas relacionadas às condições de permanência, à distribuição do tempo, à divisão do trabalho doméstico e de cuidados e à responsabilização individual pelas exigências da vida acadêmica. É nesse cenário que a maternidade se apresenta como um elemento central para a compreensão das assimetrias que atravessam as trajetórias universitárias das mulheres.

Os entraves postos à maternidade, longe de constituir uma experiência estritamente privada ou natural, devem ser compreendidos como uma construção social historicamente situada, articulada à divisão sociossexual e racial do trabalho e à organização capitalista da reprodução social (Lerner, 2019). No interior do capitalismo patriarcal, o trabalho reprodutivo, que engloba o cuidado com os filhos, o trabalho doméstico e o suporte emocional, é majoritariamente atribuído às mulheres, de forma não remunerada e invisibilizada, tornando-se funcional à redução dos custos de reprodução da força de trabalho (Bhattacharya, 2017).

A teoria da reprodução social, oferece importantes contribuições para a compreensão dessa dinâmica. A reprodução da vida não é externa ao processo de acumulação capitalista, mas constitui uma de suas bases estruturais. Conforme Bhattacharya (2019), o

capitalismo depende de um vasto conjunto de atividades necessárias à manutenção cotidiana e geracional da força de trabalho, atividades estas historicamente desvalorizadas e apropriadas como responsabilidade privada das mulheres. Essa lógica impacta diretamente o campo educacional, ao responsabilizar individualmente as mulheres-mães pela conciliação entre maternidade, trabalho e estudos, desconsiderando as determinações estruturais que atravessam suas trajetórias.

A partir desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente os entraves estruturais que incidem sobre a permanência das mulheres-mães no ensino superior brasileiro, compreendendo a maternidade como dimensão central da reprodução social no interior do capitalismo. Embora a análise se direcione ao ensino superior em sua totalidade, o estudo confere ênfase às universidades públicas, especialmente no que se refere à problematização dos auxílios e políticas de permanência estudantil, considerando a escassez de dados e de estudos que abordem especificamente a realidade das mulheres-mães em outras instituições.

A pesquisa fundamenta-se no feminismo marxista e orienta-se pelo materialismo histórico-dialético, buscando apreender como a divisão sociosexual e racial do trabalho se articula às dinâmicas do sistema capitalista heteropatriarcal. Esse sistema, por sua vez, molda o ensino superior e produz entraves materiais, institucionais e simbólicos que impactam as trajetórias acadêmicas dessas mulheres.

Ao articular as dimensões da educação, da maternidade e das políticas de permanência estudantil, o artigo evidencia que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres-mães na universidade não decorrem de escolhas individuais ou de falhas na gestão do tempo, mas de determinações históricas e estruturais próprias do capitalismo patriarcal, além de questionar o papel do ensino superior na construção de respostas institucionais às desigualdades de gênero, classe e “raça”/etnia.

Nesse sentido, a relevância deste artigo reside na necessidade de tensionar interpretações que individualizam a evasão e as dificuldades acadêmicas das mulheres-mães, deslocando o foco das

condições estruturais que atravessam suas experiências universitárias. Ao evidenciar a centralidade dos impactos do trabalho reprodutivo e do cuidado que incidem na permanência dessas mulheres no ensino superior, o estudo contribui para preencher uma lacuna ainda presente na produção acadêmica ao problematizar as condições materiais, institucionais e simbólicas necessárias à permanência e à conclusão dos percursos formativos das mulheres-mães no ensino superior.

O artigo está organizado em introdução, quatro eixos analíticos e considerações finais. Em relação aos eixos: o primeiro visa debater a construção histórica dos papéis atribuídos às mulheres no âmbito da reprodução da vida, evidenciando sua funcionalidade à lógica patriarcal e capitalista; o segundo examina o processo de exclusão estrutural das mulheres dos espaços de escolarização formal e, posteriormente, da universidade, ressaltando a conformação de um modelo educacional estruturado a partir de referências masculinas; o terceiro analisa como as exigências cotidianas do cuidado e do trabalho não remunerado incidem concretamente sobre as trajetórias acadêmicas das mulheres com filhos; e o quarto discute os limites das políticas de permanência no ensino superior diante do avanço neoliberal, enfatizando a desresponsabilização institucional frente às demandas do cuidado.

1. Maternidade e trabalho reprodutivo: uma construção social funcional ao capitalismo patriarcal

A maternidade, frequentemente tratada como expressão natural da feminilidade, constitui-se, na realidade, como uma construção social historicamente situada e atravessada por relações de poder. No interior do capitalismo, essa construção adquire centralidade estratégica ao vincular as mulheres à esfera da reprodução social,² deslocando para o âmbito privado atividades fundamentais à manutenção da vida e da força de trabalho.

² “No modo de produção capitalista, a reprodução social, com ou sem remuneração, refere-se à totalidade das atividades necessárias para criar, manter e restaurar a força de trabalho mercantilizada” (Mohandesí, Salar; Teitelman, Emma, 2019. p. 74).

Como argumenta Federici (2019), a naturalização do trabalho reprodutivo, que engloba a gestação, a maternagem, o cuidado cotidiano, o trabalho doméstico e o suporte emocional, permitiu ao capital reduzir custos ao transferir para as mulheres, de forma não remunerada, tarefas essenciais à reprodução da força de trabalho. Esse processo produziu uma forma específica de subordinação das mulheres, sustentada pela ideia de que tais atividades seriam expressões “naturais” do amor, da vocação e da feminilidade.

Essa construção não emerge com o capitalismo, mas encontra nele condições para se aprofundar. Lerner (2019) demonstra que o controle sobre a capacidade reprodutiva das mulheres constitui um dos pilares históricos do patriarcado, antecedendo o próprio modo de produção capitalista. Contudo, é no capitalismo que esse controle se articula de maneira orgânica à exploração econômica, transformando a maternidade em um dispositivo de disciplinamento, vigilância e responsabilização individual das mulheres.

A divisão sociossexual e racial do trabalho é central para compreender esse processo. Conforme Delphy (2015) e Kergoat (2009), trata-se de uma forma historicamente construída de organização do trabalho social baseada nas relações de sexo, que define a alocação diferenciada de homens e mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva. Enquanto os homens são majoritariamente associados ao trabalho produtivo e às funções de maior prestígio social, político e econômico, as mulheres são concentradas nas atividades de cuidado e manutenção da vida, socialmente desvalorizadas.

A separação entre produção e reprodução naturalizou a ideia de que o cuidado seria um dever intrínseco das mulheres, contribuindo para a desqualificação dessas atividades como “não trabalho”, uma vez que não geram valor monetário direto. Como aponta Bhattacharya (2019), a ausência de remuneração do trabalho doméstico e de cuidados foi legitimada por ideais de feminilidade baseados no amor, na abnegação e no sacrifício, reforçando a apropriação capitalista desse trabalho como atividade gratuita e naturalizada.

Desse modo, a opressão de gênero, embora anterior ao

capitalismo, assume novas expressões no interior desse sistema. Portanto, patriarcado e capitalismo não operam isoladamente, mas se entrelaçam e se reforçam mutuamente: enquanto o capitalismo se orienta pela lógica da acumulação e do lucro, o patriarcado assegura a manutenção da divisão sociosexual e racial do trabalho e da subordinação das mulheres, criando as bases para sua exploração intensificada.

É nesse ponto que a teoria da reprodução social se mostra fundamental. Essa perspectiva denuncia que o trabalho doméstico e de cuidados não constitui uma atividade privada ou natural, mas um pilar estrutural e invisibilizado do capitalismo, sem o qual a produção e a acumulação não poderiam se sustentar. Assim, o trabalho de reprodução social emerge como um dos principais pontos de convergência entre patriarcado e capitalismo, revelando que a opressão das mulheres não é resquício de um passado pré-moderno, mas parte constitutiva da lógica capitalista contemporânea (Bhattacharya, 2019).

Segundo Vogel (2022), a reprodução social pode ser compreendida em três dimensões interligadas: a recuperação cotidiana das energias dos trabalhadores; o sustento daqueles que se encontram fora da produção direta, como crianças, idosos e pessoas com deficiência; e a renovação da força de trabalho em longo prazo, por meio da formação de novas gerações. Embora envolva práticas relacionadas à família e à procriação, esse processo não se reduz ao aspecto biológico, ao ser organizado socialmente de acordo com as necessidades do capital.

Nesse arranjo, as mulheres ocupam uma posição central não por determinações biológicas, mas porque o sistema capitalista transforma sua capacidade reprodutiva em função das exigências da acumulação. Tal processo invisibiliza, desvaloriza e sobrecarrega seu papel na manutenção da vida e da força de trabalho, aprofundando desigualdades de gênero, classe e “raça”/etnia.

No caso das mulheres negras, essa dinâmica assume contornos ainda mais perversos. A combinação entre racismo estrutural, desigualdade de renda, precarização do trabalho e ausência de políticas públicas

de cuidado intensifica a sobrecarga e restringe ainda mais as possibilidades de permanência acadêmica. Trata-se de um processo que revela a consubstancialidade das opressões, conforme propõe Kergoat (2010), na medida em que gênero, “raça”/etnia e classe não se somam, mas se imbricam, produzindo formas específicas de exclusão.

Aruzza (2017) afirma que a biologia, por si só, não explica a opressão das mulheres nem os significados sociais atribuídos aos papéis de gênero. Esses sentidos são historicamente construídos a partir da forma como a sociedade organiza a reprodução social em determinadas relações de classe. Assim, a capacidade de gerar filhos não determina automaticamente desigualdades ou responsabilidades, mas é apropriada socialmente como base para hierarquias, exploração e subordinação.

Nesse sentido, a associação entre maternidade, amor incondicional, sacrifício e dever não é neutra nem espontânea. Trata-se de uma construção ideológica que sustenta a exploração do trabalho reprodutivo e legitima as desigualdades estruturais. Essa lógica se atualiza no contexto contemporâneo, inclusive no campo educacional, ao responsabilizar individualmente as mulheres-mães pela conciliação entre maternidade, trabalho e estudos, desconsiderando as determinações estruturais que atravessam suas trajetórias.

Por fim, a consolidação dessa lógica está intrinsecamente ligada à separação histórica entre produção e reprodução. Enquanto o trabalho produtivo, associado ao mercado e à esfera pública, é reconhecido como fonte de valor, o trabalho reprodutivo permanece desvalorizado, invisibilizado e ideologicamente revestido como expressão do “amor materno”, ocultando seu papel central na sustentação da vida social e do próprio capitalismo.

2. O processo histórico de exclusão estrutural e inclusão limitada das mulheres ao ensino superior

A inserção das mulheres na educação formal ocorre de maneira tardia e é profundamente marcada por restrições sociais, morais e religiosas. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a educação foi concebida

como atributo aos homens, voltada à formação de sujeitos aptos à vida pública, política e profissional. Às mulheres, reservava-se o espaço doméstico, o casamento e a maternidade, sendo sua instrução limitada a aprendizados considerados compatíveis com essas funções (Cunha, 2014).

No Brasil do século XIX, o ensino superior consolidou-se como espaço privilegiado de reprodução das elites masculinas, cursos como Direito e Medicina tinham como finalidade formar quadros dirigentes e garantir prestígio social, sendo o diploma um passaporte para a participação política e para o exercício do poder (Cunha, 2014). A exclusão das mulheres desse espaço não era um efeito colateral, mas parte constitutiva de um projeto social patriarcal que associava o saber, a racionalidade e a autoridade ao masculino.

Mesmo quando a educação das mulheres passou a ser parcialmente incentivada, essa abertura ocorreu de forma controlada e funcional aos interesses patriarcais. Como aponta Almeida (2004), instruir as mulheres tornou-se aceitável na medida em que isso contribuísse para a formação moral da família e da sociedade. Assim, a mulher educada era concebida como melhor esposa, melhor mãe e melhor educadora dos filhos, reforçando a maternidade como destino social.

A autorização legal para o ingresso das mulheres no ensino superior, em 1879, representou uma conquista importante, fruto de intensas mobilizações e resistências protagonizadas por mulheres como Luciana de Abreu³. No entanto, como destaca Cunha (2014), essa

³ Foi uma professora, intelectual e conferencista negra atuante no Rio Grande do Sul no século XIX, destacando-se como uma das precursoras da defesa da educação feminina no Brasil. Filha de mulher negra liberta, sua trajetória evidencia a educação como instrumento central de emancipação das mulheres em uma sociedade estruturada pelo patriarcado, pelo racismo e pela escravidão. Por meio da docência e de conferências públicas, Luciana de Abreu reivindicou o direito das mulheres à instrução formal, à autonomia intelectual e à participação na vida pública, tensionando os papéis sociais femininos naturalizados no período oitocentista. Sua atuação expressa uma forma embrionária de pensamento feminista no Brasil, ainda que tenha sido posteriormente silenciada pelos processos históricos de apagamento de gênero e raça na historiografia oficial (Dos Reis, 2013).

abertura foi profundamente limitada, uma vez que o acesso ao atual ensino médio, condição necessária para a universidade, permanecia restrito às elites masculinas. Desse modo, o direito formal à educação superior coexistiu com barreiras materiais, simbólicas e morais que mantiveram a exclusão das mulheres.

No que se refere à inserção das mulheres negras nos espaços educacionais no Brasil, está intrinsecamente vinculada à formação socioeconômica do país, marcada pelo colonialismo, pela escravidão e pela consolidação de uma ordem patriarcal e racista. Conforme Saffioti (2013) analisa, a estrutura social brasileira foi historicamente organizada de modo a subordinar as mulheres aos interesses econômicos e morais das classes dominantes, o que refletiu diretamente na negação ou limitação do acesso das mulheres à educação formal.

No caso da população negra, especialmente das mulheres negras, essa exclusão assume contornos ainda mais profundos; elas foram exploradas de maneira simultaneamente produtiva e sexual, tendo sua humanidade sistematicamente negada. Saffioti (2013) evidencia que a mulher negra escravizada era tratada como instrumento de trabalho e objeto sexual, condição que inviabilizou condições de reconhecimento de direitos, inclusive de acesso à educação, uma vez que sua existência era reduzida à lógica da mercantilização do corpo e da força de trabalho.

Como assume Ianni (1988), a abolição constituiu-se muito mais como uma estratégia de reorganização econômica das elites do que como um projeto de inclusão social.

[...] “lutando pela abolição do trabalho escravizado, os brancos lutavam em benefício de seus próprios interesses”, não se importando, pois, em “transformar, como se afirmava, o escravo em cidadão, mas (em) transfigurar o trabalho escravo em trabalho livre” (Ianni, 1988, p. 205).

Mesmo com o processo de abolição da escravidão, essa população não foi incorporada efetivamente à condição de cidadania.

Nesse sentido, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre manteve as bases da exploração, agora sob novas formas, sem assegurar condições materiais mínimas de inserção social, como o acesso à educação, à moradia e ao trabalho digno.

A ausência de políticas públicas – principalmente voltadas à educação da população negra no período pós-abolicionista – contribuiu para a reprodução das desigualdades raciais e de gênero, consolidando a marginalização das mulheres negras aos estratos mais precarizados do mercado de trabalho. Assim, o racismo estrutural, articulado ao patriarcado e à lógica capitalista, perpetua-se ao longo do tempo, refletindo nas persistentes barreiras enfrentadas por mulheres negras no acesso à educação.

Essa desigualdade pode ser evidenciada a partir dos dados do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (CEDRA), com base nos informes da PNAD Contínua referentes ao período de 2012 a 2023. Em 2012, o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo, na faixa etária de 40 a 49 anos, era de 20,9%, enquanto entre as mulheres negras esse índice correspondia a somente 8,9%. Já em 2023, observou-se um aumento em ambos os grupos, alcançando 35,5% entre as mulheres brancas e 17% entre as mulheres negras. Contudo, apesar do avanço, a desigualdade educacional se intensificou, passando de uma diferença de 12 pontos percentuais em 2012 para 18,5 pontos percentuais em 2023.

Os dados evidenciam que, embora tenha havido expansão do acesso ao ensino superior, esse avanço ocorreu desigualmente, aprofundando as disparidades raciais entre mulheres brancas e negras. A ampliação da escolarização não rompe, por si só, com as desigualdades estruturais, revelando a persistência do racismo e das assimetrias de classe que limitam as trajetórias educacionais das mulheres negras.

Ademais, quando se observa que as mulheres são maioria entre os estudantes universitários, representando 57,9% das matrículas nas instituições de ensino superior (Semesp, 2020), esse dado, à primeira vista, poderia sugerir a superação das desigualdades de gênero no campo educacional. No entanto, uma análise mais atenta evidencia

profundas contradições entre o acesso e as condições de permanência no ensino superior.

Nesse contexto, os entraves postos à maternidade emergem como um dos principais fatores de desigualdade nas trajetórias acadêmicas das mulheres. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), no grupo etário de 14 a 29 anos, aproximadamente 9,0 milhões de jovens não haviam concluído o ensino médio, seja por abandono escolar antes do término dessa etapa, seja por nunca frequentarem a escola. Desse contingente, 71,6% eram pretos ou pardos, enquanto somente 27,4% eram brancos, evidenciando a persistência das desigualdades raciais no acesso e na permanência educacional.

As motivações para o abandono escolar também revelam marcadas desigualdades de gênero. Entre os homens, o principal motivo para deixar a escola foi a necessidade de trabalhar (53,4%), seguido pela falta de interesse em estudar (25,5%). Entre as mulheres, embora a necessidade de trabalhar também apareça como fator relevante (25,5%), a gravidez surge como o segundo principal motivo (23,1%), evidenciando como a maternidade incide precocemente sobre as trajetórias educacionais femininas (IBGE, 2023).

Esses dados revelam que, embora o acesso das mulheres à universidade tenha se ampliado significativamente, elas seguem sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, resultando em sobrecarga cotidiana e dificulta a conciliação entre as demandas da maternidade, do trabalho e da vida acadêmica. Assim, a condição de mãe configura-se como um dos principais entraves à permanência e à conclusão dos percursos formativos no ensino superior.

Pessanha (2023) demonstra que as universitárias-mães vivem uma tensão permanente entre as exigências acadêmicas e as demandas do cuidado, frequentemente exercidas isoladamente e sem rede de apoio. A divisão entre “estudar e cuidar” compromete o rendimento acadêmico, prolonga o tempo de conclusão dos cursos e intensifica o desgaste físico e emocional. A universidade, estruturada a partir de um

modelo masculino e desresponsabilizado do cuidado, pouco reconhece essas especificidades.

3. A materialidade da reprodução social na trajetória educacional das mulheres-mães

Os dados sobre a divisão sociossexual e racial do trabalho doméstico e de cuidados, longe de constituírem meros indicadores estatísticos, expressam a materialidade das relações patriarcais, capitalistas e racializadas que estruturam a vida social. A PNAD Contínua (IBGE, 2022) revela que as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e aos cuidados, quase o dobro do tempo destinado pelos homens (11,7 horas). Essa desigualdade não se reduz a um desnível na distribuição do tempo cotidiano, mas revela uma estrutura social na qual o trabalho necessário à reprodução da vida é sistematicamente atribuído às mulheres, naturalizado como expressão de uma suposta disposição das mulheres para o cuidado e, ao mesmo tempo, desvalorizado econômica e socialmente.

Do ponto de vista da teoria da reprodução social, esse dado indica que o sistema capitalista se sustenta sobre uma contradição fundamental, enquanto depende permanentemente do trabalho reprodutivo para garantir a reposição da força de trabalho, transfere a responsabilidade por sua realização para a esfera privada das famílias, onde esse trabalho é realizado majoritariamente gratuitamente pelas mulheres. Nesse sentido, o tempo destinado aos cuidados não constitui um “tempo excedente” ou secundário na organização da vida social, mas um tempo socialmente necessário à própria reprodução do sistema econômico.

Em contextos marcados por maior informalidade do trabalho, menor cobertura de serviços públicos e menor renda média, o cuidado tende a ser ainda mais intensamente internalizado no espaço doméstico, recaindo quase exclusivamente sobre as mulheres. A dimensão racial aprofunda ainda mais essa desigualdade. Entre

mulheres pretas e pardas, o tempo dedicado às atividades domésticas e de cuidados é cerca de 1,6 hora superior ao observado entre mulheres brancas (IBGE, 2022). Esse dado evidencia que o trabalho reprodutivo no Brasil é estruturado por uma divisão racial historicamente construída, cuja origem remonta ao período escravocrata e à forma como o trabalho doméstico foi organizado na sociedade brasileira. As mulheres negras foram historicamente posicionadas como responsáveis tanto pela reprodução social em seus próprios domicílios quanto pelo cuidado nas casas das elites brancas, consolidando uma hierarquia racial na distribuição do trabalho reprodutivo que persiste no presente.

Como argumenta Federici (2019), o capitalismo não somente se apropria do trabalho reprodutivo não remunerado, mas o distribui de maneira desigual entre as mulheres, penalizando especialmente aquelas situadas nas classes populares e racializadas. O cuidado, nesse sentido, não é somente invisibilizado, mas também hierarquizado socialmente. As mulheres negras, frequentemente inseridas em ocupações precárias e mal remuneradas, enfrentam uma dupla ou tripla jornada de trabalho que combina atividades produtivas precarizadas com responsabilidades ampliadas no âmbito doméstico.

Essa estrutura desigual de distribuição do trabalho reprodutivo produz efeitos diretos sobre as trajetórias educacionais das mulheres. O módulo Educação da PNAD Contínua (PNAD, 2016) aponta que 26,1% das jovens mulheres entre 14 e 29 anos deixaram de estudar para cuidar de crianças, idosos ou da casa, proporção trinta vezes superior à observada entre os homens (0,8%). Esse dado evidencia que o abandono escolar e universitário das mulheres não pode ser explicado por fatores individuais, como desinteresse ou baixo desempenho acadêmico, mas deve ser compreendido como expressão das determinações estruturais que organizam a divisão social do cuidado.

Quando o cuidado é socialmente definido como responsabilidade das mulheres, a continuidade dos estudos passa a depender da capacidade individual delas de conciliar tarefas que, na prática, são incompatíveis com a lógica temporal da formação

acadêmica. O tempo universitário, marcado por atividades em turno integral, participação em pesquisa, extensão, produção científica, estágio, entre outras atividades, pressupõe uma disponibilidade temporal que muitas mulheres-mães não possuem, justamente porque estão inseridas em uma estrutura social que lhes atribui a centralidade das responsabilidades reprodutivas.

Essa realidade se expressa de forma ainda mais aguda entre mulheres-mães no ensino superior. Conforme demonstrado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes, 2019), pouco mais de um décimo do corpo discente (11,4%) vivencia a parentalidade durante a graduação. Ao observar a distribuição por gênero, percebe-se que, entre aqueles com um filho, as mulheres são maioria, aproximando-se de 60%. Entretanto, essa participação das mulheres diminui à medida que o número de filhos aumenta, de modo que, nos casos de quatro ou mais filhos, os homens passam a predominar (53,4%).

Esse movimento sugere que a ampliação das responsabilidades de cuidado impacta de forma mais intensa a permanência das mulheres na universidade. Além disso, entre estudantes solteiros com filhos, as mulheres representam mais de dois terços (68,5%), evidenciando que, com frequência, assumem sozinhas a responsabilidade pelo cuidado. Nessas condições, a maternidade não se soma somente à condição de estudante, mas reorganiza profundamente toda a experiência universitária. O tempo necessário para o cuidado infantil passa a disputar diretamente com o tempo dedicado às atividades acadêmicas, criando uma tensão permanente entre as demandas da reprodução social e as exigências institucionais da formação universitária.

Essa tensão evidencia um elemento frequentemente invisibilizado nas discussões sobre acesso e permanência no ensino superior, pois a universidade é historicamente estruturada a partir de um modelo de estudante ideal que pressupõe total disponibilidade para a vida acadêmica. As condições concretas vivenciadas pela maioria das mulheres, principalmente mães, não permitem que elas se enquadrem nesse modelo idealizado de dedicação exclusiva, uma vez que estão

submetidas a múltiplas jornadas de trabalho, que incluem, para além das atividades acadêmicas, o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado.

Nesse contexto, a evasão no ensino superior, que atingiu 36,6% dos estudantes em 2022 (Semesp, 2022), deve ser compreendida também à luz dessas determinações estruturais. Embora as mulheres representem a maioria das matrículas, 41% dos estudantes que abandonaram a universidade eram mulheres, revelando uma contradição central das políticas educacionais, a ampliação do acesso das mulheres ao ensino superior não foi acompanhada pela criação de condições materiais de permanência capazes de enfrentar as desigualdades produzidas pela divisão social do cuidado.

A partir da perspectiva da reprodução social, conforme desenvolvida por autoras como Bhattacharya (2017) e Fraser (2016), essa contradição pode ser interpretada como expressão da crise contemporânea da reprodução social. À medida que o neoliberalismo promove a retração das políticas públicas, a privatização dos serviços sociais e a responsabilização individual pelas necessidades de cuidado, intensifica-se a pressão sobre as famílias e, em particular, sobre as mulheres, para absorverem as demandas de reprodução da vida que antes eram parcialmente socializadas.

Assim, o tempo dedicado ao cuidado deixa de ser somente uma dimensão da vida privada e constitui um fator estruturante das desigualdades educacionais. Quando esse tempo é apropriado quase exclusivamente pelas mulheres, ele se converte em obstáculo estrutural à sua permanência no ensino superior, limitando não somente suas trajetórias acadêmicas, mas também suas possibilidades de inserção qualificada no mercado de trabalho e de participação plena na vida social.

Dessa forma, os dados empíricos analisados neste tópico não somente ilustram desigualdades, mas confirmam o argumento central deste capítulo: a permanência de mulheres-mães no ensino superior é atravessada pela lógica da reprodução social, que transfere às mulheres a responsabilidade pelo cuidado sem oferecer suporte institucional

adequado. A naturalização do trabalho doméstico e de cuidados, longe de ser um resquício do passado, constitui um elemento estruturante da experiência das mulheres-mães na universidade, especialmente em um contexto marcado pela ofensiva neoliberal, pelo desmonte das políticas sociais e pela ausência de uma política pública estruturada de cuidados.

4. Entraves e estratégias para a permanência estudantil de mulheres-mães universitárias

As questões relacionadas à permanência de mulheres-mães no ensino superior devem estar diretamente articuladas à implementação de políticas públicas de cuidado e ao fortalecimento da assistência estudantil, como estratégia fundamental para o enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam a experiência da maternidade no contexto acadêmico. Contudo, no marco das transformações recentes do capitalismo, tais políticas têm sido sistematicamente fragilizadas. Conforme analisa Behring (2008), o neoliberalismo promove o desmonte das políticas sociais por meio da contenção dos gastos públicos, da focalização e da transferência da responsabilidade pela reprodução da vida para os indivíduos. Essa dinâmica repercute diretamente no campo educacional, produzindo políticas de permanência insuficientes e instáveis, incapazes de responder às demandas concretas das mulheres-mães.

No âmbito da educação superior, esse processo se expressa evidentemente na configuração do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Embora o programa represente um avanço no reconhecimento das desigualdades socioeconômicas que marcam o acesso ao ensino superior público, sua estrutura permanece limitada por uma lógica compensatória e residual, característica das políticas sociais sob a hegemonia neoliberal (Behring; Boschetti, 2011). A ausência de dispositivos institucionais voltados especificamente às mulheres-mães, como creches universitárias, políticas de flexibilização curricular e apoio psicossocial sistemático, revela a baixa centralidade conferida ao cuidado nas políticas educacionais, reforçando sua

naturalização como responsabilidade privada.

A condição vivenciada por muitas mulheres no ensino superior, como vimos, é marcada pela articulação simultânea entre o trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, a maternidade, o trabalho assalariado e as exigências acadêmicas, configurando uma sobrecarga que compromete sua permanência e conclusão da formação universitária (Silva et al., 2023). Essa realidade evidencia que a permanência universitária não pode ser explicada exclusivamente por fatores econômicos, uma vez que a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados incide diretamente sobre o tempo disponível para a vida acadêmica. Como argumenta Hirata (2014), a organização social do tempo constitui um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades de gênero, sendo a conjuntura institucional estruturada a partir da lógica de que estudantes são sujeitos abstratos, desprovidos de outras demandas e responsabilidades.

A partir da crítica feminista marxista, a ausência de políticas institucionais de cuidado no ensino superior reproduz essa lógica ao invisibilizar o trabalho necessário à reprodução da força de trabalho intelectual, deslocando para as mulheres-mães a responsabilidade individual pela conciliação entre maternidade e formação acadêmica. Nesse sentido, a centralidade atribuída aos auxílios financeiros, em detrimento da construção de políticas estruturais de cuidado, revela os limites de uma abordagem que reduz uma problemática social complexa a uma dimensão estritamente monetária.

Diante desse cenário, torna-se fundamental repensar o papel das universidades para além de respostas fragmentadas e localizadas, avançando na construção de políticas institucionais integradas e nacionalmente articuladas voltadas à permanência de mulheres-mães. A implementação de creches universitárias públicas, gratuitas e com horários compatíveis com a jornada acadêmica constitui uma medida central para a socialização do cuidado, rompendo com sua privatização e reconhecendo-o como responsabilidade coletiva e institucional.

A ausência do cuidado e da perspectiva de gênero nas políticas públicas não decorre de uma suposta neutralidade institucional, mas de

escolhas políticas que reproduzem hierarquias de gênero e contribuem para a desvalorização do trabalho reprodutivo. Como analisa Biroli (2018), essa dinâmica se expressa em condições estruturais de sub-representação e marginalização das mulheres nos espaços de deliberação pública, incidindo diretamente sobre o debate político e sobre os processos de formulação de normas e políticas públicas.

Além disso, a flexibilização curricular, por meio da oferta de disciplinas em diferentes turnos, da possibilidade de trancamento parcial sem prejuízos acadêmicos, da ampliação de prazos para atividades avaliativas e da adequação dos regimes de frequência, configura-se como estratégia fundamental para enfrentar as desigualdades de tempo impostas às mulheres-mães. Tais medidas reconhecem que a permanência universitária está condicionada não somente à renda, mas também à disponibilidade, ou seja, ao uso do tempo, profundamente atravessado pela divisão sociosexual e racial do trabalho.

Outra dimensão central refere-se à institucionalização de políticas de apoio psicossocial e pedagógico específicas para mulheres-mães. Sabemos que a maternidade impacta significativamente a trajetória acadêmica não somente em termos materiais, mas também emocionais e simbólicos, produzindo sentimentos de culpa, inadequação e isolamento no espaço universitário (Silva; Ferreira, 2022). Nesse contexto, programas de bolsas permanência específicas, com valores compatíveis com os custos reais do cuidado, bem como a ampliação do acesso de mulheres-mães a projetos de pesquisa, extensão e iniciação científica, mostram-se fundamentais para evitar processos de exclusão acadêmica e científica.

A exemplo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), observa-se que o principal auxílio específico direcionado às mães universitárias é o Auxílio Creche, conforme dados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE/UFRN). O valor mensal do benefício, mantido sem reajustes, revela-se insuficiente frente aos custos reais dos serviços de cuidado infantil, sobretudo para mulheres-mães solo e aquelas inseridas em cursos de tempo integral. Iniciativas

recentes, como o programa “Meninas Mães”⁴, da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ/UFRN), representam avanços importantes ao reconhecer os impactos da maternidade na produção científica, embora ainda apresentem alcance limitado, tanto em número de beneficiárias quanto em institucionalização.

A centralidade atribuída aos auxílios financeiros, desacompanhada da ampliação de políticas estruturais de cuidado, evidencia os limites da assistência estudantil enquanto estratégia efetiva de permanência. Conforme analisam Silva e Lima (2020), a configuração desigual dessas políticas entre universidades e campi aprofunda disparidades institucionais e territoriais, fazendo com que o acesso a condições mínimas de permanência dependa, em grande medida, da localização da estudante. Há instituições que ofertam determinados auxílios e benefícios inexistentes em outras, reforçando a necessidade de incorporar a dimensão territorial ao debate e de avançar na expansão dos auxílios e benefícios no âmbito das políticas de assistência estudantil.

Como exemplo, a Resolução nº 90/2024 do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) institui a Política de Assistência Estudantil para Mães Universitárias, evidenciando um avanço no reconhecimento das especificidades da maternidade no espaço acadêmico. A normativa estabelece criar uma infraestrutura institucional mais acolhedora a estudantes de graduação e pós-graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, prevendo a implantação de fraldários e poltronas de amamentação em todas as unidades acadêmicas, de modo a assegurar condições adequadas para a permanência de mães e crianças nos campi.

⁴ “O programa visa oferecer uma oportunidade de inserção qualificada na pesquisa, promovendo a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, o desenvolvimento do pensamento crítico e da criatividade para mães de crianças de até 12 anos ou de filhos com deficiência, sem limite de idade. O programa oferece 15 bolsas de R\$ 700, distribuídas igualmente entre as três áreas de conhecimento, sendo: Ciências Exatas, da Terra e Engenharias; Ciências da Vida; e Ciências Humanas” (Agecom/UFRN, 2025).

A política também amplia o acesso aos serviços de assistência estudantil, garantindo prioridade no atendimento psicopedagógico e social às estudantes mães com filhos de até dois anos, com atenção especial àquelas já inseridas nos programas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Ademais, assegura-se o acesso dos filhos com até 12 anos incompletos aos Restaurantes Universitários (RU) e ao Transporte de Apoio e, no caso de filhos com deficiência, o uso do RU é assegurado sem restrição etária.

Tais medidas expressam um conjunto de ações e serviços que extrapolam o auxílio financeiro e apontam para uma concepção ampliada de permanência, fundamentada no cuidado e na corresponsabilização institucional, dimensões que, embora ainda não universalizadas, deveriam constituir elementos elementares na organização das instituições de ensino superior.

Para além da dimensão econômica, a permanência universitária das mulheres-mães esbarra em barreiras institucionais e de infraestrutura que revelam a reprodução de diretrizes patriarcais no espaço acadêmico. A ausência de fraldários em todos os banheiros, a inexistência de espaços adequados para crianças, a falta de acessibilidade para gestantes e mães com carrinhos de bebê e a exclusão das crianças dos Restaurantes Universitários evidenciam que a universidade tende a se estruturar a partir de um sujeito ideal masculino, adulto e sem responsabilidades de cuidado.

Essas limitações institucionais se articulam à crise mais ampla da reprodução social no capitalismo. Conforme analisa Fraser (2016), o neoliberalismo aprofunda a exploração do trabalho reprodutivo ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado pelo cuidado, transferindo-o ao mercado ou às famílias. No caso das mulheres-mães universitárias, essa crise se materializa na dificuldade de conciliar maternidade e formação acadêmica, comprometendo não somente trajetórias individuais, mas também a democratização da produção do conhecimento científico.

Assim, pensar a permanência de mulheres-mães na universidade⁵ implica reconhecer que o cuidado não constitui um problema individual, mas uma questão política e estrutural, atravessada por relações de gênero, classe e “raça”/etnia. A universidade, enquanto espaço de produção de conhecimento e de disputa de projetos societários, possui papel estratégico na construção de respostas institucionais que enfrentem essas desigualdades, reafirmando seu compromisso social com a democratização efetiva do ensino superior e com a valorização da vida em sua dimensão reprodutiva e social.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a permanência das mulheres-mães no ensino superior não pode ser compreendida como uma questão meramente individual, relacionada à resiliência pessoal ou ao esforço subjetivo dessas estudantes. Ao contrário, trata-se de uma problemática estrutural, historicamente produzida no interior do capitalismo patriarcal, que articula a divisão sociosexual e racial do trabalho, a desvalorização do trabalho reprodutivo e a fragilização das políticas sociais e educacionais.

Ao retomar o processo histórico de inserção das mulheres no ensino superior, foi possível identificar que, embora o acesso formal tenha se ampliado de maneira significativa ao longo do século XX e

⁵ Após a finalização deste artigo, foi aprovado, na Câmara Municipal de Natal, o Projeto de Lei (PL) nº 693/2023, batizado de “Lei Waleska Lopes”, que garante o acesso e a permanência de crianças em estabelecimentos de ensino e equipamentos culturais frequentados por seus responsáveis, em instituições públicas ou privadas. A lei tem origem no caso de Waleska Lopes, estudante de Ciências Sociais da UFRN, que, em 2018, foi impedida de permanecer em sala de aula por estar acompanhada de sua filha de 5 anos. Em áudio posteriormente divulgado e descrito pelo Portal G1, em 2018, o professor havia indagado que, se a estudante não tivesse rede de apoio ou condições financeiras, não deveria ocupar o espaço e reafirmou: “[...] Problema seu, a universidade não tem problema com isso, se vire”. Diante da relevância do caso e de seus desdobramentos jurídicos e sociais, registra-se esta nota para reforçar a luta pela dignidade de mães estudantes e trabalhadoras, bem como de sensibilizar a comunidade acadêmica e institucional para a necessidade de garantir condições de permanência, acolhimento e não discriminação a estudantes com filhos.

início do século XXI, as condições materiais e institucionais que sustentam a continuidade da vida acadêmica seguem marcadas por profundas desigualdades.

A maternidade, compreendida como essencial à manutenção da vida e da força de trabalho, quando vivenciada sem suporte do Estado, sem rede de apoio institucional e familiar, constitui um dos principais eixos de desigualdade nas trajetórias acadêmicas das mulheres, incidindo diretamente sobre a evasão, o trancamento de matrícula, o prolongamento do tempo de conclusão dos cursos, a dificuldade de inserção em pesquisa, extensão, pós-graduação e o adoecimento físico e mental das estudantes-mães.

A partir das contribuições do feminismo marxista, o artigo demonstrou que a invisibilização do trabalho de cuidados não é um desvio do capitalismo, mas uma de suas bases estruturais. Ao reforçar o deslocamento da responsabilidade pelo cuidado para a esfera privada e, sobretudo, para as mulheres, o sistema educacional reproduz as mesmas lógicas que organizam o mundo do trabalho, operando sob a falsa neutralidade do mérito, da produtividade e da disponibilidade irrestrita do estudante ideal – figura historicamente masculina, branca e desvinculada das responsabilidades reprodutivas.

Nesse sentido, a universidade, enquanto instituição social, não se encontra apartada das contradições da sociabilidade capitalista. Ao negligenciar as demandas específicas das mulheres-mães, as instituições de ensino superior reforçam processos de exclusão que incidem de forma ainda mais intensa sobre mulheres negras, pobres e periféricas, aprofundando desigualdades historicamente constituídas. A ausência ou insuficiência de políticas de permanência estudantil voltadas à maternidade, como creches universitárias, cuidotecas, flexibilização curricular, auxílios específicos e apoio psicossocial, evidencia os limites das respostas institucionais diante desses entraves.

Dessa forma, garantir a permanência das mulheres-mães no ensino superior exige mais do que a ampliação do acesso ou a adoção de medidas pontuais. Implica tensionar o modelo universitário vigente, questionar a naturalização do trabalho reprodutivo exclusivamente para

as mulheres e construir políticas institucionais comprometidas com a justiça social, a equidade de gênero e o direito à educação. Ao visibilizar as experiências e os desafios das mulheres-mães universitárias, este artigo buscou contribuir para o fortalecimento de um debate ainda incipiente na produção acadêmica, especialmente no âmbito do Serviço Social, reafirmando a necessidade de compreender a educação superior como parte integrante da luta pela reprodução digna da vida.

A construção de uma universidade efetivamente inclusiva exige a problematização e o enfrentamento das bases estruturais do sistema capitalista, heteropatriarcal e racista que atravessam a organização social e institucional. Nesse sentido, a universidade deve ser compreendida não somente como espaço de produção de conhecimento, mas também como território de disputa política e de potencialização das lutas e dos movimentos sociais. Assim, pensar a democratização do acesso e da permanência no ensino superior implica considerar as condições concretas de vida dos sujeitos que o compõem, entre eles as mulheres-mães, historicamente sobrecarregadas pelo trabalho de cuidados e pelas responsabilidades reprodutivas.

Nessa perspectiva, a defesa dos direitos das mulheres-mães no espaço universitário também exige problematizar como a paternidade é incorporada no processo de partilha das atividades reprodutivas e de cuidado. Questiona-se, por exemplo, se os homens dispõem de condições institucionais adequadas para exercer tais responsabilidades, como a existência de fraldários acessíveis em banheiros masculinos ou em espaços compartilhados. Essa reflexão não deve se restringir ao ambiente universitário, mas estender-se à sociedade em geral, evidenciando a necessidade de reconfiguração das estruturas sociais e institucionais que ainda reproduzem a divisão sexual do trabalho e naturalizam a responsabilização quase exclusiva das mulheres pelo cuidado.

Por fim, refletir sobre a permanência das mulheres-mães no ensino superior implica também interpelar coletivamente o próprio projeto de universidade que se pretende construir. Que universidade é possível quando parte significativa de seus sujeitos enfrenta obstáculos

estruturais para permanecer e produzir conhecimento? Como reorganizar tempos, espaços, políticas e práticas institucionais de modo a reconhecer o cuidado como dimensão fundamental da vida social? Essas questões convocam a comunidade acadêmica, gestores públicos e a sociedade a repensarem as bases sobre as quais se organiza o ensino superior. Somente a partir desse movimento crítico e coletivo será possível avançar na construção de uma universidade que reconheça as mulheres-mães não como exceção ou problema a ser administrado, mas como sujeitos de direito cuja presença transforma e amplia os horizontes da própria produção do conhecimento.

Referências

- ALMEIDA, J. S. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Cortez, 2004.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES); FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (FONAPRACE). *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)*. Brasília, DF: ANDIFES/FONAPRACE, 2018. Disponível em: <https://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Graduac%C3%A3o-das-U.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2026.
- BHATTACHARYA, T. (org.). *Teoria da reprodução social: remapeando a classe, recentrando a opressão*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. *Reforma o ensino primário e secundário no Município da Corte e o superior em todo o Império*. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, p. 196-216, 1879.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

CEDRA. *População residente segundo grau de instrução por grupos de idades por sexo e raça/cor, 2012-2023*. [S. l.]: CEDRA, [s. d.]. Disponível em: <https://cedra.org.br/conjuntos-de-dados/populacao-residente-segundo-grau-de-instrucao-por-grupos-de-idades-sexo-e-raca-cor-brasil/>. Acesso em: 11 dez. 2025. Fonte dos dados: IBGE – PNAD e PNAD Contínua.

CUNHA, K. D. da. *As mulheres brasileiras no século XIX*. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO GÊNERO/ANPUH, 2014, Vitória. [Anais...]. Vitória: UFES, 2014.

DOS REIS, M. A. “Minha comadre, quero que minha afilhada se chame Luciana”: educação, emancipação feminina e protagonismo negro no século XIX. *Revista História da Educação*, v. 17, n. 39, p. 1-20, 2013.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FRASER, N. Contradições do capital e cuidados sociais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 46, n. 160, p. 620-643, 2016.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

IANNI, O. *As metamorfoses do escravo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 2 jan. 2026.

LERNER, G. *A criação do patriarcado*. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUSTOSA, M. A. V.; PIRES, M. G. L. Gênero e educação: reflexões sobre o percurso histórico da educação feminina no Brasil. In: SOUSA, A. de A.; ARRAIS NETO, E. de A.; OLIVEIRA, E. G. de; ALBUQUERQUE, R. J. de P. (orgs.). *O mundo do trabalho e a formação crítica*. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 155-165.

MOHANDESI, S.; TEITELMAN, E. A reprodução social e a crise do capitalismo. In: BHATTACHARYA, T. (org.). *Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 74.

PESSANHA, L. F. Entre livros e fraldas: dilemas e desafios da maternidade durante a graduação. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 14, n. 1, p. 306-331, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i1.1515>.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, A. P.; LIMA, C. Assistência estudantil e desigualdades de gênero no ensino superior. *Revista Katálýsis*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 512-522, 2020.

SILVA, J.; FERREIRA, L. M. Mães universitárias e políticas de permanência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 1-15, 2022.

SEMESP – SECRETARIA DE MODALIDADES ESPECIALIZADAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Relatório de evasão no ensino superior 2022*. São Paulo: Semesp, 2022.

SEMESP – SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR. *Mulheres no Ensino Superior Brasileiro*. São Paulo: Semesp, 2022.

SILVA, A. E. de O.; NUNES, C.; SOUSA, K. M. de; SILVA, L. M. N. (orgs.). *Universidade e maternidade: acesso e permanência de estudantes mães no ensino superior*. Cajazeiras: AINPGP, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL). *Resolução nº 90, de 19 de dezembro de 2024*. Aprova a Política de Assistência Estudantil para Mães Universitárias da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPEL, 2024. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2025/01/SEI_2930651_Resolucao_90_2024___COCEPE.pdf. Acesso em: 13 jan. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). *Propesq divulga edital para mães pesquisadoras*. Natal: UFRN, 2024. Disponível em: <https://ufrn.br/imprensa/noticias/91360/propesq-divulga-edital-para-maes-pesquisadoras>. Acesso em: 24 abr. 2026.

ZAULI, Fernanda; JÁCOME, Igor; BARBOSA, Rafael. Professor proíbe aluna de assistir aula acompanhada da filha de 5 anos na UFRN. *G1 RN*, 7 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/professor-proibe-aluna-de-assistir-aula-acompanhada-da-filha-de-5-anos-na-ufrn.ghtml>. Acesso em: 5 maio 2026.